

Valorização do Salário Mínimo Reduz a Desigualdade

Antonio Prado*

13 de setembro de 2006

O desenvolvimento de uma sociedade não é medido apenas pelo aumento da sua capacidade de gerar riquezas, mas também pela distribuição de seus recursos econômicos, culturais e políticos. Vivenciamos, na história brasileira do século XX, momentos em que o PIB se expandiu muito acima da média mundial (anos 50 e anos 70). Infelizmente, por incipiência ou ausência de democracia, o aumento da renda concentrou-se em apenas alguns segmentos sociais, não beneficiando a imensa maioria da população.

O instrumento por excelência desse processo de concentração foi o desmantelamento do salário mínimo, acompanhado da criação de políticas salariais que impediam o repasse dos ganhos de produtividade aos trabalhadores e a correta aplicação dos índices de inflação. O leque salarial foi aberto e com ele o desnível social preexistente, o que contribuiu para criar uma das sociedades mais desiguais do mundo.

O salário mínimo, em si, não é a única solução para os que estão estruturalmente fora do mercado de trabalho e que não acessam a renda através de sua atividade produtiva, mas certamente ajuda na redução da pobreza entre os trabalhadores situados na base da pirâmide social. Dada essa fragmentação trágica, as políticas de combate à pobreza no Brasil consideram duas dimensões, a das ações através do mercado de trabalho, que atendem o trabalhador pobre; e daquelas através das políticas de in-

*Economista, professor do Departamento de Economia da PUC-SP (licenciado), ex-coordenador da Produção Técnica do Dieese nos anos 90 e atual chefe do escritório do BNDES em Brasília.

clusão social, orientadas para os excluídos do mercado. As políticas de inclusão social são feitas por meio de transferências diretas de renda e de acesso aos serviços públicos de saúde, educação e assistência social. O programa Bolsa Família, o SUS e a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) são fundamentais nesse esforço, com resultados já detectados em estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).¹ No caso brasileiro, o salário mínimo tem duplo efeito, tanto através do mercado de trabalho como das transferências sociais, pois muitas delas são indexadas, por lei, ao seu valor, tanto no que se refere ao benefício quanto às faixas de renda adotadas para acessá-lo.

Não parece haver controvérsias relevantes em relação à contribuição do salário mínimo para a diminuição da pobreza através das políticas de proteção social decorrentes de inserção atual ou pretérita no mercado de trabalho, implementadas pelo pagamento do abono salarial, seguro-desemprego, aposentadorias e pensões, licença-maternidade, auxílio-doença; ou das transferências diretas às populações excluídas e vulneráveis. Mas há controvérsias em relação ao ritmo e sustentabilidade da contribuição do salário mínimo, principalmente em ambiente de restrição fiscal, conflito distributivo pelo orçamento público e baixo crescimento do PIB.

Recente estudo do CPS-FGV revela a nítida redução da taxa de miséria baseada em renda do trabalho nas regiões metropolitanas (CPS-FGV, 2006). Detecta também uma inelasticidade crescente da taxa de miséria no mercado de trabalho em relação ao salário mínimo e lança a hipótese de que talvez a sua valorização real já tenha cumprido seus efeitos máximos e atingido um ponto de saturação. Essa hipótese é ainda prematura e não deve orientar decisões de políticas públicas sem a realiza-

¹ “Como seria de se esperar...a grande notícia em termos de Coeficientes de Concentração é a mudança da categoria de renda ‘juros, dividendos e Bolsa Família’ de campeã de concentração de 1995-1998 a vice-campeã em desconcentração em 2004. ...Também notável é a diminuição na progressividade das aposentadorias e pensões indexadas ao salário, que no entanto, ainda em 2004 constituem a categoria de renda mais progressiva” (Soares, 2006:22)

ção de mais estudos.² Mas tem um lado que merece registro, pois reconhece que o salário mínimo já teve “impactos favoráveis na pobreza sob a ótica do trabalho”, coisa negada desde os primórdios dos 66 anos de história do salário mínimo brasileiro, por muitos especialistas neoclássicos.

É inequívoco que houve um importante aumento do salário mínimo real desde 1994. Todas as instituições de pesquisa medem essa trajetória, com maior ou menor entusiasmo. Esse aumento se deve à sua proteção contra a inflação, à incorporação do crescimento do PIB *per capita*, à desinflação da economia e à oferta adequada de bens salariais básicos, elementos de uma política explícita de recuperação do poder de compra do mínimo. A hipótese levantada pelo CPS-FGV deve ser investigada com profundidade, mas não é relevante para a função principal da política de salário mínimo. A pobreza vem sendo reduzida através do salário mínimo, no mercado de trabalho, e através de seu efeito indexador sobre as transferências sociais, mas o seu papel principal é o de reduzir as desigualdades. É a desigualdade a fonte da trágica história social do país.

Como o salário mínimo pode reduzir as desigualdades? É evidente que se todos os rendimentos fossem indexados ao seu valor, não poderia haver redução nenhuma da desigualdade nas rendas do trabalho. Logo, a elevação do salário mínimo, como fator de redução de desigualdades, pressupõe afetar apenas os rendimentos reais dos trabalhadores de baixa renda.

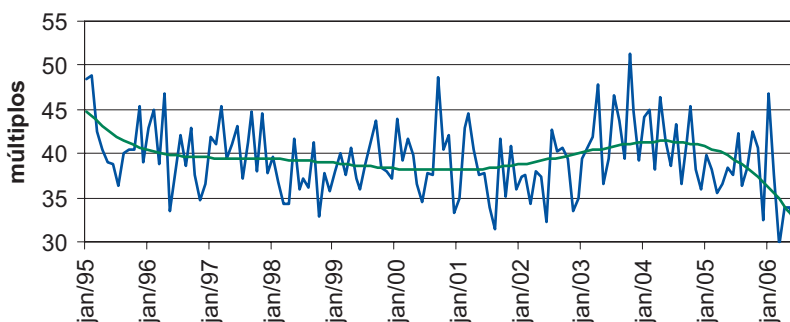
Não é difícil demonstrar a melhoria dos indicadores de concentração durante o processo de elevação do salário mínimo real. Para isso, usaremos principalmente os dados da pesquisa do Dieese e da Fundação Seade para a Região Metropolitana de São Paulo, devido à sua longa série de dados mensais,

² A linha de pobreza *per capita* utilizada pelo CPS-FGV está abaixo dos rendimentos que podem ser afetados pela dinâmica do mercado de trabalho organizado. Desta forma, a inelasticidade identificada em relação ao salário mínimo pode estar relacionada à própria lógica de construção da linha de pobreza e de suas atualizações no tempo.

disponíveis desde 1985. A PME-IBGE, lamentavelmente, sofreu uma ruptura de sua série em 2001, o que impede a análise do último período de recuperação consistente do salário mínimo, que começa em 1994. E a PNAD é anual, portanto, indicadores produzidos a partir dela são menos sensíveis para avaliação dos efeitos das correções do mínimo.

A amplitude da pirâmide de rendimentos pode revelar se há uma tendência de redução das desigualdades econômicas. Note-se nos Gráficos 1 e 2 que há uma nítida queda das diferenças entre os rendimentos mais elevados no mercado de trabalho, encontrados entre os 10% mais ricos, e aqueles dos 10% mais pobres. Esta diferença flutuou em torno de 40 vezes na última década e desmoronou, a partir de 2004, para 30 vezes em junho de 2006. Isto representa uma redução de 25% na amplitude dos rendimentos. A diferença entre a média total dos rendimentos e a média do 1º quartil, faixa mais afetada pela política de valorização do salário mínimo, apresenta trajetória de queda ainda mais definida. Cai seguidamente desde 1995. A diferença era de 5,4 vezes no 1º semestre de 1995 e chegou a 4,2, na média do 1º semestre de 2006, queda de 22%. Em junho de 2006 já é de 3,97 vezes.

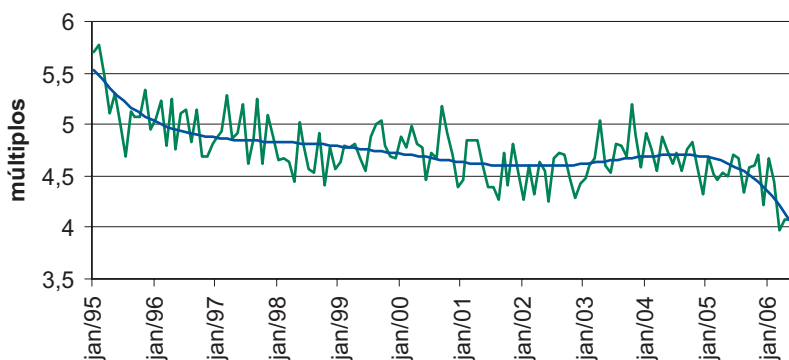
Gráfico 1
Amplitude da Pirâmide de Rendimentos
(10º Decil/1º Decil)



Fonte: PED-RMSP – Convênio Dieese/Seade.

Gráfico 2

Diferença da Média dos Rendimentos e a Média do 1º Quartil (jan-95 a jun-06)

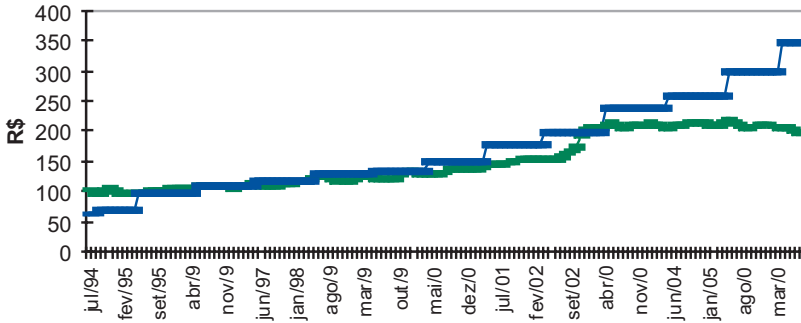


Fonte: PED-RMSP – Convênio Dieese/Seade.

Do início de 1995 ao final de 2003 não há diferenças relevantes nas taxas de crescimento do PIB que expliquem tamanhas quedas no leque salarial. Tampouco houve algum dinamismo setorial na economia urbana capaz de ampliar fortemente a demanda por trabalhadores de baixa renda, seja na construção civil ou nos serviços, como ocorreu no período do Plano Cruzado, em 1986, e nos primeiros meses do Plano Real, em 1994. O salário mínimo apresenta-se, portanto, como fator determinante principal.

A política do salário mínimo foi capaz de garantir o seu poder de compra em relação a uma cesta básica de alimentos e produtos de higiene e limpeza durante mais de dez anos. Mas a partir de 2000, ele já sobe discretamente acima do valor dessa cesta e a partir de 2003, o valor da cesta se estabiliza enquanto o salário mínimo continua em crescimento. Isto faz com que o salário mínimo esteja atualmente 75% maior que o valor da cesta. Essa é uma novidade histórica, pois nunca houve um período tão longo de crescimento nominal do mínimo com estabilidade (e até queda) na cesta básica (Gráfico 3).

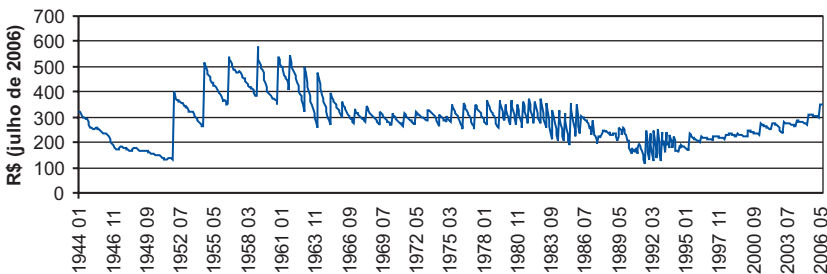
Gráfico 3
Evolução do Salário Mínimo Nominal e da Cesta Básica



Fontes: Ipea e Convênio Dieese-Procon.

Mesmo se o valor real do salário mínimo for calculado em relação a uma cesta ampla de bens e serviços assalariados, como a coberta pelo INPC, sua evolução é bastante positiva. O forte arrocho durante o período autoritário demoliu o salário mínimo real do patamar de imediato pós-guerra (II Guerra) de R\$ 400,00 para R\$ 300,00. Os efeitos da hiperinflação dos anos 80 trouxeram o mínimo para valores reais abaixo de R\$ 200,00. No entanto, há mais de uma década, entrou em uma trajetória lenta e consistente de recuperação. Agora, em julho de 2006, está em R\$ 350,00.

Gráfico 4
Salário Mínimo Real desde 1944



Fonte: Ipeadata – Ipea.

O salário mínimo no Brasil tem mais de 60 anos. Sempre foi motivo de controvérsias intensas e sofreu várias mudanças abruptas ao longo de sua história. Mas os últimos anos têm sido particularmente importantes, pois testemunham a sua revalorização contínua e consistente. Não é pouco, uma vez que os resultados dessa política são contundentes:

- a pobreza vem caindo de forma significativa entre os trabalhadores da base da pirâmide social;
- as políticas de transferência de rendas estão abrangendo segmentos cada vez mais amplos dos segmentos em exclusão social e dos pobres do mercado de trabalho;
- há uma consistente queda na desigualdade das rendas pessoais.

São esses resultados que contribuem para a construção de um desenvolvimento econômico e social para todos.

Referências Bibliográficas

Centro de Políticas Sociais – FGV. *Redistribuição Trabalhista Recente*. Rio de Janeiro, 2006 (ver em www.fgv.br/cps).

SOARES, Sergei S.D. *Distribuição de Renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004*. Ipea. Texto para Discussão nº 1166. Brasília, fev. 2006.

VEDDER, Richard K. & GALLAWAY, Lowell E. *Does the Minimum Wage Reduce Poverty?* EPI. Ohio University: Employment Policies Institute, jun-2001.